



# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 58

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE SUA ALTEZA IMPERIAL, O PRINCEPE HERDEIRO DO JAPÃO

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o dispositivo no artigo 1º, §§ 1º e 2º do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, às quinze horas e trinta minutos, do dia

23 do mês em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente a visita de sua Alteza Imperial, o Príncipe Akihito, herdeiro do trono japonês.

Senado Federal, 9 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

#### ATA DA 57ª SESSÃO, EM 10 DE MAIO DE 1967

#### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE, GILBERTO MARINHO E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Clevis Maia  
Alvaro Maia  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Petrônio Portela  
Manoel Villaga  
Argemiro de Figueiredo  
João Cleofas  
José Ermírio  
Teófilo Vilela  
Rui Palmeira  
Leandro Maciel  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Raul Giuberti  
Aarão Steinbruch  
Aurélio Viana  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Ney Braga  
Antônio Carlos  
Daniel Krieger  
Abertura em 10.5.67 às 14,30

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

## SENADO FEDERAL

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### PARECERES

#### Parecer nº 294, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 341, de 1967, do Sr. Senador Benedito Valladares e outros Srs. Senadores solicitando um voto de congratulações do Senado Federal pelo 40º aniversário de Gilberto Amado.

Relator: Senador Bezerra Neto

Tem acolhida no Regimento Interno a presente proposição de iniciativa do eminente Senador Benedito Valladares.

Vem ao encontro dos sentimentos do Senado, quanto ao mérito, a ideia de se homenagear, nesta Casa do povo, a passagem do octogésimo aniversário de nascimento de Gilberto Amado.

O ilustre brasileiro, tanto no plano nacional como em atividades diplomáticas e jurídicas representando o país, no exterior, soube sempre mobilizar sua inteligência, muito acima do comum, a favor dos nossos objetivos nacionais.

A este homem, que nas letras ocupa o ápice da hierarquia cultural, o Senado homenageia, orgulhoso e agrado.

A Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação.

Sala das Comissões em 9 de maio de 1967. — Milton Campos, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Antônio Carlos — Carlos Lindenberg — Petrônio Portela — Antônio Balbino — Aloysio de Carvalho.

#### Parecer nº 295, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 275, de 1967, que solicita a inclusão na Ata e nos Anais do Senado, de um voto especial de grata reverência à memória de José Marcelino de Souza

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

O ilustre Senador Antônio Balbino, com o presente requerimento, solicita um voto especial de grata reverência à memória de José Marcelino de Souza.

S. Ex.ª, ao justificar o requerimento, diz, entre outras coisas:

"Transcorrerá a 26 de abril o quinquagésimo aniversário de morte de José Marcelino de Souza. Imperdoável seria, especialmente numa quadra em que juízos precipitados ou passionais procuram misturar na vaia comum dos anátemas generalizados os grandes valores da vida pública civil de nossa Pátria, deixar passar o ensejo que a celebração de tão imperecível memória está a reclamar.

Desde as lutas pela Abolição, com o seu nome inscrito dentre os 83 representantes da Nação que, em 9 de maio de 1888, responderam "Sim" à Libertação dos Escravos, e passando pelos altos instantes, decisivos e definidores, da campanha civilista de que foi pioneiro e "leader" vigilante, animando a bravura de Ruy com os exemplos de sua coragem serena e sem intermitências, José Marcelino, que também, soube ensinar, com os próprios atos à frente do Governo da Bahia, as lições de um liberal praticante, foi, sem dúvida e sem favor, um Mestre da Democracia.

Ainda hoje (e talvez hoje mais do que em 1908 (quando assistiu o julgava o testemunho de Ruy), todos quantos procuram conhecer a sua vida exemplar, não deixam de ver nela "o cerne de uma natureza rija e são feita de bondade

e fortaleza, de resistência e perdão, onde a vitalidade de uma poderosa carnção moral elimina de si, facilmente, sem deixar cicatrizes, os espinhos mais lacerantes, ainda quando ensanguentados e homicidas.

Por todas estas razões e pelas que resultam de sua vida, tão grata à Bahia, sua terra-natal, e ao Brasil, sua Pátria estremecida, com a aprovação do voto de reverência à memória de José Marcelino de Souza, aqui proposto, o Senado Federal confirmará o seu apreço e a sua justiça a uma grande figura da República, reafirmando, assim, o seu dever de não deixar no esquecimento os que souberam ser dignos da vida pública, dela fazendo-se exemplos para as gerações que se sucedem."

2. A matéria vem ao exame desta Comissão, "ex vi" do art. 218, do Regimento Interno, que condiciona a parecer deste órgão técnico requerimento de voto de aplauso, regosijo, louvor, congratulações ou semelhantes.

3. Deflui da transcrição procedida a procedência do requerimento sob análise, pois, como se observa, o mesmo tem por objeto exaltar a memória de um eminente brasileiro, o ex-Governador baiano José Marcelino de Souza.

Ante o exposto e face as disposições regimentais que regem a matéria, nada temos a objetar ao Requerimento número 275 de 1967.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1967. — Milton Campos, Presidente, — Carlos Lindenberg, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Bezerra Neto. — Antônio Balbino. — Petrônio Portela. — Antônio Carlos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento de informações, de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário,

E' lido o seguinte

**REQUERIMENTO**  
**Nº 354, de 1967**

Requeiro ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, por intermédio da Mesa do Senado, a informação seguinte:

— Se o Ministério da Educação e Cultura, tendo em vista o que dispõe a legislação vigente reguladora da distribuição de subvenções e auxílios a entidades de Direito Privado — com soem ser as Fundações, nos termos do nº 1, art. 16, do Código Civil Brasileiro — estudou as implicações jurídicas contidas no fato de os dirigentes da Fundação Universidade do Amazonas, que é mantida com verbas federais, receberem remuneração mensal a título de gratificações.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1967. — Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Sobre a mesma outro requerimento, de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

**REQUERIMENTO**  
**Nº 355, de 1967**

Considerando que última enchente dos rios que formam a bacia hidrográfica do Amazonas causou prejuízos de vulto à lavoura naquele Estado, em especial aos jaticultores, que perderam quase integralmente o produto de um trabalho desenvolvido durante meses sob condições as mais adversas;

Considerando que a devastação dos juteais pelas águas, além de provocar desalentadoras perspectivas para a economia estadual em 1967, criou situação de calamidade em vários municípios amazonenses, onde milhares de jaticultores encontram-se em comovedora condição de penúria;

Considerando que os industriais da prensagem da juta — que financiam os plantadores da fibra — não recebendo dos financiados, em dinheiro ou juta, os adiantamentos feitos e não tendo produto para exportar estão sem meios para cumprir os compromissos assumidos com estabelecimentos de crédito oficiais e ameaçados de falência;

Considerando que o Governo do Amazonas, Assembleia Legislativa do Estado, órgãos das classes produtoras de Manaus, Itacoatiara e Parintins e outras entidades de classe estão solicitando providências urgentes dos Poderes públicos federais que evitam o estrangulamento de uma das mais importantes atividades econômicas da região e, ao mesmo tempo, amparem jaticultores e industriais,

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial integrada por três Senadores, com a missão de verificar, in loco, a extensão da calamidade e sugerir medidas suscetíveis de minimizar os prejuízos sofridos por jaticultores e industriais e de fomentar a produção da próxima safra, dentro do prazo de trinta dias.

S.s., em 10 de maio de 1967. — Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — O requerimento que acaba de ser lido será discutido e votado ao fim da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Ainda de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio,

**EXPEDIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 21, de 1967**

Revoga o Decreto-Lei nº 127, de 2 de fevereiro de 1967.

**O Congresso Nacional resolve:**

Artigo único. E' revogado o Decreto-Lei nº 127, de 2 de fevereiro de 1967.

S. das Sessões, 10 de maio de 1967 — Senador Arthur Virgílio.

Justificativa.

O Decreto-Lei nº 127, de 2 de fevereiro de 1967, determinou a extinção da categoria profissional dos portuários, incorporando-a, com prejuízo para ambas as classes, a dos estivadores.

A justificativa para a revogação que ora se pleiteia está contida nos expedientes que junto ao projeto. Trata-se de documentos esclarecedores, firmados pelo Presidente do Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Manaus e pelo Presidente da Federação Nacional dos Portuários, expondo argumentos convincentes que, certamente, levarão o Congresso a revogar o Decreto-Lei nº 127. — Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — O projeto lido está devidamente justificado, será publicado e despachado às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu, hoje, requerimentos de informações apresentados pelo Sr. Senador Raul Giuberti ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, que recebeu o nº 345, e pelo Sr. Senador Arthur Virgílio ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, requerimentos que receberam os números 349, 350, 351 e 352.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Carvalho Pinto.

**O SENHOR SENADOR CARVALHO PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento de informação que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

**REQUERIMENTO**  
**Nº 356, de 1967**

Requeremos, nos termos do Regulamento Interno, sejam solicitadas ao Sr. Ministro das Comunicações informações sobre se já se processaram as promoções na carreira de Postalista do D.C.T. e, caso afirmativo, por que, até a presente data, ainda não foram providos, pelos habilitados no último concurso público, os cargos da referida carreira, vagos em decorrência daquelas promoções.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1967 — a) Senador V. Bezerra Neto

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — O requerimento que acaba de ser lido vai a publicação.

**COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:**

Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer  
Paulo Sarasate  
Wilson Gonçalves  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
Arnon de Melo  
Carlos Lindenberg  
Paulo Torres  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
João Abrahão  
Armando Storni  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Atílio Fontana  
Guido Mondim

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — Encerrada a hora destinada ao Expediente, passa-se à

**ORDEM DO DIA****O SR. PRESIDENTE**

(Cattete Pinheiro)

Item 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 14, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 301-A, de 1966, na Casa de origem), que reforma decisão do Tribunal de Contas da União, proferida em Sessão de 11 de junho de 1965, de negatória de registro ao termo, de 8 de abril de 1965, de rescisão do contrato celebrado em 29 de fevereiro de 1964 entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a firma "Construtora Tocantins", ten-

do Pareceres, sob ns. 225 e 226, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto.

**O SR. AURELIO VIANNA:**

Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

**O SR. AURELIO VIANNA:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, nobres Senadores, acapamos de ouvir uma análise serena e equilibrada da conjuntura econômica do nosso País, oração que causou profunda impressão nesta Casa do Congresso Nacional.

Senhor Presidente e nobres Senadores, a conclusão que extrairmos da análise feita é clara: há necessidade de reformulações profundas. O País atravessa uma crise que tem implicações extraordinárias na conduta do povo. A impressão que se tem é de que o ex-governador do Estado de São Paulo, ex-Ministro da Fazenda e atual Senador da República, preocupado com a nossa situação, e com os rumos que vinha tomando o País, aponta diretrizes, que devem ser analisadas e observadas pelos Poderes competentes da República.

Senhor Presidente, o Tribunal de Contas da União vem tomando decisões que devem merecer todo o nosso apreço e toda a nossa atenção.

Verifica-se, de logo, que os processos enviados à sua consideração vêm merecendo estudo circunstanciado naquele colendo Tribunal.

Inúmeros contratos vêm sendo denegados sob razões as mais justas e as mais consentâneas com a realidade nacional e com as leis imperantes no nosso País.

Hoje, chegou-nos às mãos o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1967, originário da Câmara dos Srs. Deputados, que reforma a decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro ao termo, de 8 de abril de 1965, de rescisão do contrato celebrado em 29 de fevereiro de 1964 entre a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia e a firma "Construtora Tocantins".

E' um processo volumoso e nos dá os motivos da ação denegatória do colendo Tribunal de Contas da União. Recorrendo da primeira decisão, pois duas elas foram, o Tribunal, no seu segundo pronunciamento, conheceu do recurso e manteve a decisão anterior pelos seguintes motivos: (é)

"porque tendo sido veado expressamente os reajustamentos de preços, no edital de concorrência, Cláusula VII, foram efetuados pagamentos com majoração dos preços contratados, sem que houvesse termo aditivo registrado por este Tribunal, bem assim porque, sobbre ser indelegável a prévia autorização para o reajustamento de preços contratuais (art. 5º da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964), o ato ministerial autorizando a majoração, foi exarado em termo genérico, não abrangendo cada caso concreto."

Verifica-se do processo que, em 29 de fevereiro de 1964, foram assinados 30 contratos com diferentes firmas empreiteiras dos quais 11 lograram registro pelo Tribunal de Contas da União, sendo os demais recusados. Trinta contratos assinados, 11 lograram registro no Tribunal de Contas da União e 19 foram recusados.

Ora Sr. Presidente foram recusados porque ferem dispositivos de lei;

foram recusados porque as partes contratantes não obedeceram às normas jurídico-constitucionais.

Donde se conclui que, se transgrediram as dezenove firmas empreiteiras transgrediu, também, o Governo, não zelando, como era de seu dever, pela coisa pública, pelo bom emprego dos dinheiros depositados pelos contribuintes nos cofres da Nação. O raciocínio é claro.

Foi o caso da firma contratante a que se reporta o Projeto em análise a "Construtora Tocantins"? Ao certo, Sr. Presidente. Respondemos afirmativamente.

Aliás, a S.P.V.E.A. vem procedendo assim de muito tempo. Ontem mesmo foi pedida a volta de um processo a uma das nossas Comissões, para reanálise e reexame de um contrato então determinada firma e a SPVEA, para organização de planos a serem aplicados na Região Amazônica. E foi verificado que, mais uma vez, a SPVEA claudicava, ferira as leis da República, abusara, e que, por isso mesmo, o Tribunal de Contas, em decisões justas, denegara registro a um contrato feito entre certa empresa e a SPVEA.

O Sr. Armando Storni — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Armando Storni — Devo esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que um ex-superintendente da SPVEA, o Sr. Waldur Boudh, foi condenado pela prática dessas mesmas irregularidades, por haver empregado dinheiros daquele órgão sem dotação orçamentária própria — que é o caso do processo a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere — sem concorrência pública e sem coleta de preços.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Tem V. Ex.<sup>a</sup> razão. Dois princípios que foram feridos, que não foram obedecidos pela SPVEA: o da concorrência pública, quando é sabido que havia outras firmas, até mesmo no Estado do Pará, que poderiam ter comparecido ao chamamento porventura havido da concorrência pública, e o da coleta de preços, que também não foi feita.

Quando formos examinar aquele outro processo, iremos verificar também que a firma contratante, que não se submeteu ao processo de concorrência pública nem de coleta de preços, tinha poderes extraordinários dentro da própria SPVEA.

Mas esta parte, esse outro projeto que ontem foi retirado da nossa pauta, será objeto de análise mais circunstanciada no momento azarado, no momento próprio.

Ora, recusado o registro em duas decisões do Tribunal de Contas, apela a firma construtora para o Sr. Presidente da República a fim de que este, no uso das suas faculdades constitucionais — estava na vigência a Constituição de 1946 — ordene o registro, envie o processo à decisão do Congresso Nacional.

O Tribunal de Contas, em analisando a causa, formulou as seguintes proposições:

"O Edital de concorrência originário do contrato vedava o reajustamento de preços. Entretanto, foram efetuados pagamentos com majoração de preços sem que essa modificação contratual constasse de termo aditivo registrado pelo Tribunal."

Então a SPVEA se constituiu como um poder soberano, decidindo a seu talante sobre assuntos que não eram da sua competência, majorando preços e realizando pagamentos, quando um edital de concorrência do contrato vedava esse reajustamento.

Terceira proposição:

"O ato ministerial que autorizou o processo de reajustamento estava em desconformidade com a lei, pois dado em termos genéricos, sem abranger cada caso concreto e por seu caráter delegatório não permitido pelo art. 5º da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964."

Três motivos ponderabilíssimos que levaram o Tribunal a proceder como é do nosso conhecimento.

O Assessor Jurídico do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, nas conclusões a que chegou da análise desse assunto, assim nos diz:

"Dados os termos e as circunstâncias em que está colocada a mesma questão, não pode ser tratada nem remediada nesta instância ministerial, e a rigor caberia o trancamento do presente processo. Entretanto, creio que nada se oponha nem desaconselhe a que o presente processo seja remetido à Câmara dos Deputados, onde a Comissão competente poderá eventualmente tirar dele alguma utilidade como dado instrutório para a competente resolução congressional, ciente da remessa o interessado."

Transfere, portanto, toda a responsabilidade do ato do registro ao Congresso Nacional. Deveremos assumi-la?

Se a lei foi ferida, se o Tribunal competente não acolheu as razões que, por duas vezes, lhe foram apresentadas, Sr. Presidente, estou inclinado, pessoalmente, a votar contra o projeto, mantendo a decisão do Tribunal que agiu, com cordura e isenção de ânimo, no cumprimento exato das suas obrigações jurídico-legal-constitucionais.

Sei que temos competência, que não a foi dada pela Constituição de 1946, para determinarmos o registro e, assim, entrar a firma em pleno gozo daquilo que considera seus direitos líquidos e certos. Mas, se votarmos em contrário às duas decisões do Tribunal de Contas, abriremos precedente perigoso. A SPVEA, como qualquer outro órgão da pública administração, continuará praticando aqueles mesmos deslizes, o conseqüente do processo contra cláusulas expressas de lei, alterando contratos, mandando realizar pagamentos, sem a devida autorização do poder competente. Numa análise perfunctória do processo, chegamos a essa conclusão — a conclusão já apresentada. E vamos, pessoalmente, votando com a nossa consciência, de acordo com as nossas convicções, fruto da análise que fizemos do processo, contra o projeto, a favor das decisões do Tribunal de Contas da União. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Continua o projeto em discussão.

Mas, nenhum dos Srs. Senadores desejando manifestar-se, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Vai-se passar à votação do Projeto.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, que tem pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

O projeto foi rejeitado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1967  
(Nº 301-A-66, na Câmara)

Reforma decisão do Tribunal de Contas da União, proferida em sessão de 11 de junho de 1965, denegatória de registro ao termo de 8 de abril de 1965, de rescisão do contrato celebrado em 29 de fevereiro de 1964 entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a firma "Construtora Tocantins".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reformada a decisão do Tribunal de Contas da União, proferida em sessão de 11 de junho de 1965, denegatória de registro ao termo de 8 de abril de 1965, de rescisão do contrato celebrado em 29 de fevereiro de 1964 entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a firma "Construtora Tocantins".

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

Item 2:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1967 (nº 3.585-B, de 1966 na Casa de origem), que concede isenção de impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para a entrada, no território nacional, de um automóvel doado ao Padre Carlos Martins Rodrigues, da Arquidiocese de Belém, Estado do Pará, tendo Parecer contrário, sob nº 232, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi rejeitado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 31, DE 1967

(Nº 3.585-B-66, na Casa de Origem)

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para a entrada, no território nacional, de um automóvel doado ao Padre Carlos Martins Rodrigues, da Arquidiocese de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para um automóvel, marca Volkswagen, doado ao Padre Carlos Martins Rodrigues, da Arquidiocese de Belém, Estado do Pará.

Parágrafo único. O automóvel a que se refere este artigo só poderá ser objeto de transação comercial decorrido o prazo mínimo de 3 (três) anos, a contar da data da liberação, mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)

Item 3º

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1967 (número 3.567-B, de 1966, na Casa de origem), que altera a redação do parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, tendo Pareceres favoráveis sob números 265 e 266, de 1967, das Comissões de Agricultura e de Indústria e Comércio.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Irà a sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 36, DE 1967

(Nº 3.567-B-66, na Casa de Origem) Altera a redação do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, passará a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. A concessão de fiscalização do Ministério da Agricultura isenta o estabelecimento industrial, ou entreposto, da fiscalização estadual ou municipal, ressalvada, entretanto, às Prefeituras Municipais que disponham de matadouro, a faculdade de procederem à reinspeção sanitária de animais abatidos e destinados ao consumo de sua população, mesmo que tenha havido, fora do seu território, inspeção anterior por autoridade federal, estadual ou municipal".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)

Item 4:

Discussão preliminar (art. 263 do Regimento Interno), quanto à constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1967 (nº 1.253-C, de 1959, na Casa de origem), que concede isenção de impostos e taxas federais do Museu de Arte do Rio de Janeiro, com sede no Estado da Guanabara, do Museu de Arte e do Museu de Arte Moderna, com sede em São Paulo, e das outras providências, tendo Pareceres, sob os números 242 e 243, de 1967, das Comissões de Finanças, solicitando a audiência da Comissão de Constituição e Justiça; — Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Nenhum dos Senhores Senadores pedindo a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, quanto à preliminar.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto será arquivado e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado:

# **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** Nº 38, DE 1967

(Nº 1.253-C-59, na Casa de origem)  
Concede isenção de impostos e taxas federais ao Museu de Arte do Rio de Janeiro, com sede no Estado da Guanabara, ao Museu de Arte e ao Museu de Arte Moderna, com sede em São Paulo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de todos os impostos e taxas federais, inclusive a taxa de despacho aduaneiro, ao Museu de Arte do Rio de Janeiro, com sede no Estado da Guanabara, ao Museu de Arte e ao Museu de Arte Moderna, com sede em São Paulo, sociedades civis e sem fins lucrativos.

Art. 2º A isenção a que alude o art. 1º desta Lei compreende, para os portos administrados pela União e suas autarquias, as taxas de capatazia e mais despesas portuárias e inclui para os primeiros trinta dias de armazenagem nos armazéns, portuários, franquia das respectivas despesas.

Art. 3º No caso de bens importados do exterior, as isenções de que tratam os arts. 1º e 2º somente se tornarão efetivas após a publicação, no *Diário Oficial da União*, de Portaria do Ministro da Fazenda, discriminando a qualidade, quantidade, procedência e valor dos bens isentos.

Art. 4º Fica revogada a Lei número 3.478, de 4 de dezembro de 1958.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O S. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1967 (nº 3.102-B, de 1961, na Casa de origem, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCR\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta cruzeiros novos), para ocorrer à despesa realizada em 1959 com a execução de obras de construção no Instituto de Biologia Animal, no km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo, tendo Parecer favorável, sob número 259, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.  
Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

# **PROJETO DE LEI DA CÂMARA** Nº 39, DE 1967

(Nº 3.102-B-61, na Casa de origem)  
Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCR\$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta cruzeiros novos), para ocorrer à despesa realizada em 1959 com a execução de obras de construção no Instituto de Biologia Animal, no km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da

Agricultura, o crédito especial de NCR\$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta cruzeiros novos).

Parágrafo único. O crédito destina-se ao pagamento a favor da I.P.E.C. — Irmãos Peixoto Engenharia e Construções —, referentes à execução de obras de construção de uma casa tipo F21, e conclusão de 4 (quatro) casas geminadas para trabalhadores do Instituto de Biologia Animal, no km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Foi lido na hora do Expediente o Requerimento nº 355, de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio, no qual solicita a constituição de comissão especial.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A Mesa tomará as providências para cumprimento da decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — De acordo com a indicação das lideranças da Casa, a Presidência designa para constituir uma Comissão que o Plenário acaba de determinar os Srs. Senadores Ney Braga, José Ermírio e Alvaro Maia.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro)

— Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Com a palavra o Sr. Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

— Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Matos. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA:

— Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para amanhã a seguinte

## **ORDEM DO DIA**

Sessão Ordinária de 11 de maio de 1967

(Quinta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 36, de 1966, que suspende a execução do parágrafo 3º

da alínea "c" do item II do art. 104 da Constituição do Estado de Minas Gerais, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 699, de 1966, tendo substitutivo da mesma Comissão constante do Parecer nº 271-67, oferecido em reexame da matéria, feito em virtude do Requerimento número 120-67, do Senhor Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 17.3.67).

2

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1967 (nº 3.096-B-65, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Paroquial de Assistência de Limoeiro o imóvel situado na Rua de Santa Cruz, nº 215, em Limoeiro, Estado de Pernambuco, tendo parecer favorável, sob nº 258, de 1967, da Comissão de Finanças.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1967 (nº 1.588-B-63 na Casa de origem), que autoriza doação de prédio do patrimônio da União à Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, tendo parecer favorável, sob nº 257, de 1967, da Comissão de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 343, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Raul Giuberti solicita informações, a serem prestadas pelo Ministério da Fazenda, relativamente a empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Federal do Espírito Santo.

5

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 327, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Vasconcellos Torres solicita a convocação do Ministro da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e sua incidência sobre os produtos rurais.

6

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 275, de 1967, do Senhor Senador Antônio Balbino, solicitando a inclusão na Ata e nos Anais do Senado, de um voto especial de grata reverência à memória de José Marcelino de Souza, tendo parecer favorável, sob nº 295, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 341, de 1967, do Senhor Senador Benedito Valladares, solicitando um voto de congratulações do Senado Federal pelo 80º aniversário de Gilberto Amado, tendo parecer favorável, sob nº 294, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

8

Projetos sobre a Mesa para recebimento de Emendas durante três Sessões

(3º Dia)

Projeto de Resolução nº 41, de 1967, de autoria do Senhor Senador José Ermírio, que acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal (estabelecendo o critério do rodízio para a representação do Senado no Exterior).

Projeto de Resolução nº 42, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermírio, que acrescenta dispositivo ao Regimento Interno do Senado (estabelecendo rodízio para a eleição dos membros da Mesa).

Projeto de Resolução nº 43, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermírio, que dá nova redação ao artigo 85-A, do Regimento (atribuições da Comissão de Agricultura).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

**RECHOS DA ATA DA 53ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA, EM 5 DE MAIO DE 1967, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES DO "DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL" SEÇÃO II, DE 6 DE MAIO DE 1967, À PÁGINA 844, 4ª COLUNA:**

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido será despachado pela Presidência.

Sobre a Mesa requerimento que foi lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO** Nº 341, de 1967

É justo que o Senado Federal se rejubile pelo 80º aniversário de Gilberto Amado, que tanto tem elevado o nome do Brasil no exterior.

Inteligência privilegiada e cultura invulgar honrou o Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, dando aos mandatos populares que exerceu excepcional relevo.

A sua obra literária o coloca no plano alto dos escritores da língua portuguesa.

Pelo acontecimento, cuja comemoração está sendo preparada para que tenha especial esplendor, requeremos um voto de congratulações do Senado Federal.

Brasília, 5 de maio de 1967. — Benedito Valladares — Leandro Maciel — Ruy Carneiro — Gilberto Marinho — José Leite — Júlio Leite — Aloysio de Carvalho — Ney Braga — Pessoc de Queiroz — Auro Moura Andrade — Daniel Krieger — Argenio de Figueiredo — Milton Campos — Wilson Gonçalves — Carvalho Pinto — Alvaro Maia — Aurélio Vianna — Menezes Pimentel — João Abrahão — Petrônio Portela — Guido Mondim — Vasconcellos Torres — Edmundo Levi — Atílio Fontana — Pedro Ludovico — Raul Giuberti — Arnon de Mello — Carlos Lindenberg — Lino de Mattos — Clodomir Milet — Nogueira da Gama — Aarão Steinbruch — Lobão da Silveira — Bezerra Netto — Josaphat Marinho — José Cândido Ferraz — Antônio Balbino — Eurico Rezende — Manoel Villaca — Antônio Carlos — Sebastião Archer — Mário Martins — Paulo Saraute — José Feliciano — Dinarte Mariz — Rui Palmeira — José Ermírio de Moraes — Cattete Pinheiro — Oscar Passos — Milton Trindade — Paulo Torres.

(Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Clóvis Maia na sessão de 5 de maio de 1967, que se republica por haver saído com incorreções)

O SR. CLÓVIS MAIA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, nobres Senadores, ao usar da palavra pela primeira vez nesta Casa, reduto da Democracia e de tão nobres tradições, no decurso de sua história parlamentar, na qualidade de substituto do ilustre Senador Adalberto Sena, a quem considero o maior acreano vivo, dada a sua cultura e contribuição ao progresso do Acre, notadamente no setor do Ensino, faço-o com o pensamento voltado para Deus e com verdadeiro afeto ao povo acreano.

Dedicando o melhor de minha mocidade àquela unidade da Federação, seja no exercício de minha profissão, ou ainda no desempenho de vários cargos da Administração Pública, considerando-me homem realizado, jamais alimentei a pretensão de aqui chegar.

Entretanto, como "a vida não é feita de sonhos que se realizam, mas de realidade que não se sonham" eis que



o ilustre povo acreano, em sua manifestação espontânea, me conferiu o que nunca sonhei.

Com emoção, em minha natural modestia, sinto-me honrado em prestar especial reverência a este nobre Plenário, na pessoa de seu preclaro Presidente, neste meu batismo parlamentar.

Assim o fazendo, estou homenageando a Pátria, aqui representada por tão ilustres cidadãos.

Cumpro o salutar dever de gratidão aos amigos do Estado do Acre, descendentes de heróis, desbravadores da selva acreana, outrora impelidos de suas terras de origem pelas secas atroz. Verdadeiros predestinados que fizeram história, conquistando terras ao Brasil, ante mesmo a omissão dos Governos de então. Lutaram sozinho, para não comprometerem ninguém, proclamando a República Independente do Acre e lá ficando os pés, venceram. Deram ao Patrimônio Nacional cento e cinquenta mil quilômetros quadrados de terras firmes, ricas e belas.

Tamamha dívida poucos o fizeram. Mas os acreanos, malgrado seu belo passado de lutas e por ironia do destino, não tiveram ainda a recompensa que bem merecem. Habitando aquelas terras, que tão heróicamente defenderam, continuam isolados dentro da Pátria. O intercâmbio com os outros Estados mais desenvolvidos do País é feito por via aérea e mesmo assim nos pequenos aviões DC-3, que pousam em campos improvisados. E na época invernal, através de pequenas embarcações, que navegam em rios de pouco volume d'água.

A maior aspiração, Sr. Presidente e Senhores Senadores, daqueles habitantes da Planície molhada, reside na conclusão do trecho da Brasília-Acre, entre a Vila do Abaúa e a sua Capital, Rio Branco.

Esta a estrada de sua emancipação econômica!

Na estiagem, com enormes esforços, em anos anteriores, chegaram a Rio Branco alguns veículos vindos de São Paulo, através dessa estrada. Mas agora o referido trecho está novamente coberto pelo matagal que, na Amazônia, cresce exuberantemente. E, assim voltou o isolamento do Estado por via terrestre.

É de aproximadamente trezentos e sessenta quilômetros o trecho a ser concluído, que ligará Porto Velho a Rio Branco, uma vez que, até a capital do Território de Rondônia, a Brasília — Acre, já oferece tráfego franco.

Notava-se no semblante dos acreanos satisfação ante a perspectiva alvorecida da conclusão do referido trecho ainda neste verão, abrindo as comportas do seu atraso, o que possibilitaria um feliz encontro entre os brasileiros do Norte com seus irmãos do Sul.

Infelizmente, segundo consta não mais estaria previsto o reinício dos trabalhos daquela rodovia para este ano, ela que é parte integrante da Rodovia Pan-Americana.

Do Acre nos chegam apêlos insistentes no sentido de que o Senhor Ministro dos Transportes não consinta na suspensão daquele empreendimento, que, concretizada, o Acre permanecerá no seu isolamento letárgico — ficando atrás as suas esperanças.

Sei que esta decisão superior se verdadeira, não representa premeditação contra o Acre. Longe disso. Apenas quero neste instante, apelar ao Sr. Ministro dos Transportes, para que considere prioritária aquela

obra, pois os que lá residem sentem sua urgência, e não oferece mais aquele Estado, condições para esperar por mais tempo a conclusão da rodovia.

Este o apêlo veemente que faz o Estado do Acre às Suas Excelências o Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Presidente da República, no sentido de seus duzentos mil brasileiros, sedentos de progresso, que não pedem hidroelétricas, que não pedem siderúrgicas ou outros grandes investimentos, mas apenas uma estrada, mesmo pissarrada, que lhes permita tráfego normal durante a quadra invernal. *(Muito bem!)*

Assim, o Acre deixaria de figurar nas estatísticas como sendo a unidade da Federação onde o custo de vida se caracteriza o mais elevado do País.

São esses nossos irmãos que vivem sem o menor conforto, nos confins das fronteiras setentrionais, que clamam por uma assistência digna. Lá vivem e trabalham abnegados educadores que plasmam a mentalidade da sua juventude; lá estão os seus magistrados que vivem pela aplicação da Lei e da Justiça; virtuosos sacerdotes que assistem às suas populações esparsas nos confins dos seringais; os abnegados profissionais liberais que socorrem as suas populações doentes; lá estão os seringalistas perseverantes, estírios da economia da região; os seringueiros, no afan de colher o latex precioso que alimenta as nossas indústrias, heróis anônimos, que nas madrugadas umidas, como fantasmas, percorrem as veredas forradas de folhas caídas, viveiros de insetos e de serpentes venenosas, ouvindo o orquestrar de sua

fauna que desperta para o dia sob a ameaça dos jaguás traiçoeiros; lá está a mocidade estudiosa que anseia também pelo progresso e a grandeza do Acre.

Todos, parte integrante do mesmo povo brasileiro, que falam a mesma língua, que praticam a mesma religião, tão brasileiros quanto a paulista ou um gaúcho. Merecem o galardão da Pátria: imprescindem de sua assistência para não sucumbirem.

De há muito que a população do Acre permanece numericamente a mesma devido à sua emigração e não há outra maneira de sua fixação, senão através de uma assistência produtiva. E esta continua sendo a construção de estradas. Na sua execução o Poder Público estará oferecendo-lhe a sua segurança, a sua sobrevivência, a educação de sua mocidade, pois neste país, ainda va e o lema: "Governar é construir estradas."

Assim, Senhor Presidente, o Estado que represento faz apêlo veemente às autoridades superiores; pede apenas este grão de mostarda que, recebido, se transformará em grande árvore frondosa e que lhe trará frutos sasonados. O Acre, rico como é, poderá com essa pequena ajuda, dar à Nação muito mais, pois por onde passa uma estrada aí surge o Progresso com todos os seus benefícios.

A estrada Brasília — Acre será o seu pulmão, a sua espinha dorsal que o manterá de pé, e quem pede tão pouco em troca do muito que já acrescentou ao patrimônio nacional, ficará agradecido se ouvirmos os seus justos reclamos. *(Muito bem! Muito bem! Palmas)*

## MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gil-Edto. Marinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES))

## DA ARENA

## DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilça — (RN)

Vasconcellos Tórrès — (RJ)

Lino de Mattos — (SP)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio  
Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

José Feliciano  
Ney Braga  
João Cleophas  
Teotônio Vilela  
Júlio LeiteAtílio Fontana  
Leandro Maciel  
Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermírio  
Mários MartinsAurélio Vianna  
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Milton Campos  
Antônio Carlos  
Aloysio de Carvalho  
Eurico Rezende  
Wilson Gonçalves  
Petrônio Portela  
Carlos Lindenberg  
Rui PalmeiraVasconcellos Tórrès  
Daniel Krieger  
Benedicto Valladares  
Alvaro Maia  
Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat MarinhoAarão Steinbruch  
Aurélio Vianna  
Mário MartinsSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.  
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão  
Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

José Feliciano  
Lobão da Silveira  
Petrônio Portela  
Eurico Rezende  
Atílio FontanaBenedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Arnon de Melo  
José Leite  
Mello Braga

## MDB

João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Secretário: Alexandre Mello.  
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.Adalberto Senna  
Lino de Mattos

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Carvalho Pinto  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Domício Gondim  
Leandro MacielJosé Leite  
João Cleophas  
Duarte Filho  
Sigefredo Pacheco  
Filinto Müller  
Paulo Torres

## MDB

Mário Martins  
Pedro Ludovico  
Lino de MattosJosé Ermírio  
Josaphat Marinho  
João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Menezes Pimentel  
Mem de Sá  
Alvaro Maia  
Duarte Filho  
Aloysio de CarvalhoBenedicto Valladares  
Antônio Carlos  
Sigefredo Pacheco  
Teotônio Vilela  
Petrônio Portela

## MDB

Adalberto Senna  
Lino de MattosAntônio Balbino  
Josaphat MarinhoSecretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa  
Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

João Cleophas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Vilça  
Clodomir Milet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto  
Fernando CorrêaAntônio Carlos  
José Guomard  
Daniel Krieger  
Petrônio Portela  
Atílio Fontana  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Carlos Lindenberg  
Celso Ramos  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Oscar Passos  
Arthur VirgílioJosaphat Marinho  
José Ermírio  
Lino de Mattos  
Pessoa de QueirozSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## SUPLENTE

## TITULARES

Ney Braga  
Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João CleophasJúlio Leite  
José Cândido  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
José ErmírioPessoa de Queiroz  
Pedro LudovicoSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

**A R E N A****TITULARES**

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

Jose Guimard  
Jose Leite  
Lobão da Silva  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

**M D B**

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgilio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**A R E N A****TITULARES**

Domicio Gondim  
Jose Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

**SUPLENTE**

Jose Feliciano  
Mello Braga  
Jose Guimard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

**M D B**

Josaphat Marinho  
Jose Ernirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

**A R E N A****TITULARES**

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Milet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

**SUPLENTE**

Menezes Pimentel  
Jose Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

**M D B**

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

**A R E N A****TITULARES**

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antonio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

**SUPLENTE**

Jose Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Milet

**M D B**

Jose Ernirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antonio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jose Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

**A R E N A****TITULARES**

Teotônio Villela  
Antonio Carlos  
Jose Feliciano  
Lobão da Silva

**SUPLENTE**

Felinto Muller  
Mem de Sá  
Jose Leite  
Jose Guimard  
Bezerra Netto

**M D B**

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(11 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**A R E N A**

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antonio Carlos  
Jose Cândido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
Jose Guimard  
Jose Leite  
Clodomir Milet  
Menezes Pimentel

**M D B**

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

**A R E N A****TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

**SUPLENTE**

Júlio Leite  
Clodomir Milet  
Ney Braga  
José Cândido

**M D B**

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

**A R E N A****TITULARES**

Paulo Torres  
Jose Guimard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Attilio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

**M D B**

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Mello

**A R E N A****TITULARES**

Vasconcellos Torres  
 Carlos Lindenberg  
 Arnon de Mello  
 Paulo Torres  
 José Guimard

**SUPLENTE**

José Feliciano  
 Antonio Carlos  
 Manoel Villaga  
 Menezes Pimentel  
 Celso Ramos

**M D B**

Lino de Mattos  
 Aarão Steinbruch

Arthur Virgílio

Adalberto Sena

Secretário J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS.**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Mota

**A R E N A****TITULARES**

José Leite  
 Celso Ramos  
 Arnon de Mello  
 Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Guimard  
 Petronio Portel  
 Domicio Gonsin  
 Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

**M D B**

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Milet

**A R E N A****TITULARES**

José Guimard  
 Fernando Corrêa  
 Clodomir Milet  
 Alvaro Mala

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira  
 José Feliciano  
 Filinto Mulla  
 Sigafredo Pacheco

**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.